

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROMOTOR  
JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DA BAHIA- RESOLUÇÃO 142/2017**

**GRUPO DE CONTEÚDOS II – DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL**

**BAREMA PARA CORREÇÃO DA QUESTÃO 01**

	<b>ITENS AVALIADOS, COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>	
<b>Conteúdo</b>	<b>a1)</b> Processo é o meio pelo qual o Estado Juiz desempenha a sua função jurisdicional com vistas a concretizar o direito material, compondo litígio ou concedendo tutela não contenciosa. (01 ponto)	3,0	
	<b>a2)</b> Já o procedimento é a maneira de estipular os atos processuais dentro do processo. É a forma a ser percorrida pelos litigantes e pelo juiz no desenrolar da relação processual. (01 ponto)		
	<b>a3)</b> A Constituição Federal autoriza os Estados a legislar sobre procedimento, mas reserva exclusividade à União para legislar sobre normas processuais. (01 ponto)		
	<b>b)</b> O legislador se utiliza como critério basicamente a pretensão de direito material e o valor econômico do objeto mediato do pedido, derivando, também, para aspectos funcionais, de especialidade ou complexidade.	3,0	
	<b>c)</b> O procedimento comum e o especial, ou diferenciado. Procedimento especial de jurisdição voluntária e procedimento especial de jurisdição contenciosa. O Código de Processo Civil abandonou a divisão do procedimento comum entre ordinário e sumário. Leis extravagantes também podem estipular procedimentos especiais, como é o caso do mandado de segurança e leis dos juizados especiais.	3,0	
	<b>d)</b> Sim, é possível. Há procedimentos especiais que se diferem do ordinário apenas no início, como no caso de tutela antecipada, seguindo, a partir daí, o rito ordinário. Outros procedimentos especiais se alteram após a defesa do réu, quando retornam também ao rito ordinário. No entanto, alguns procedimentos não admitem a conversão, como, por exemplo, os de inventário e partilha, mesmo que por vontade das partes.	3,0	
	<b>e)</b> É pacífico o entendimento de que, após a edição da Lei 11.101/05, deixou de existir a obrigatoriedade de intervenção do Ministério Público, pois o art. 4º da lei, que previa ampla participação do <i>Parquet</i> nos processos de falência e recuperação de empresas, foi vetado, sob o argumento de que nem todo processo de falência envolve interesse público a exigir a atuação ministerial em todas as suas fases.	3,0	
	<b>f)</b> Adota o procedimento especial sumário. No que pese entendimentos divergentes acerca da intervenção obrigatória do Ministério Público em todo e qualquer ação mandamental, objetivamente a lei determina a sua oitiva - art. 12, da Lei 12016/2009 - como <i>custos legis</i> .	3,0	
	<b>Somatório</b>	<b>18,0</b>	
<b>Estrutura Gramatical</b>	Sequência lógica	0,2	
	Estrutura de parágrafos	0,2	
	Períodos e orações	0,2	
	Concisão e clareza	0,2	
	Adequação da linguagem	0,2	
	Ortografia	0,2	
	Pontuação	0,2	
	Concordância e regência	0,2	
	Colocação pronominal	0,2	
	Estética	0,2	
		<b>Somatório</b>	<b>2,0</b>
		<b>SOMATÓRIO TOTAL</b>	<b>20,0</b>

**QUESTÃO COM VALOR DE 20 PONTOS:** Até 18 pontos relativos ao conteúdo e até 2,0 pontos relativos à estrutura gramatical

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROMOTOR  
JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DA BAHIA- RESOLUÇÃO 142/2017**

**GRUPO DE CONTEÚDOS II – DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL**

**BAREMA PARA CORREÇÃO DA QUESTÃO 02**

	<b>ITENS AVALIADOS, COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>
<b>Conteúdo</b>	<b>a1)</b> O Sistema Único de Saúde - SUS é um serviço universal prestado pelo Estado ao cidadão, diretamente ou por meio de convênios, portanto, de natureza pública. (0,5 ponto)	3,0
	<b>a2)</b> O serviço prestado pelos planos de saúde é tipicamente privado, contratual e de relação consumerista. (0,5 ponto)	
	<b>a3)</b> A participação do Ministério Público em ações que envolvam o Sistema Único de Saúde é obrigatória quando prestada de forma universal, quer como parte nas ações civis públicas, por exemplo, quer como custos legis nas ações em que não for parte. No caso dos planos de saúde, há uma relação contratual privada ou consumerista, havendo a possibilidade de participação do Ministério Público nos casos em que a lei entende conveniente a sua intervenção. (2,0 pontos)	
	<b>b)</b> Tendo em vista ser uma obrigação solidária, o cidadão interessado poderá acionar quaisquer entes da Federação, embora haja repartição de competências entre eles em face da descentralização.	3,0
	<b>c1)</b> O recebimento de medicamento de uso contínuo é garantia subjetiva do indivíduo, inerente ao direito à saúde. (0,5 ponto)	3,0
	<b>c2)</b> A intervenção judicial não viola os primados da separação dos poderes e da reserva do financeiramente possível, posto que o Judiciário não está criando política pública, mas apenas determinando o seu cumprimento, tendo em vista o direito ao mínimo indispensável à dignidade humana, não podendo o Judiciário negar concretude ao núcleo essencial do direito a saúde dos jurisdicionados. (2,5 pontos)	
	<b>d)</b> Nos termos dos artigos 98 e 148 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, sempre que os direitos da criança e do adolescente forem violados, é do Juizado da Infância e Juventude a competência para processar e julgar tais feitos, mesmo que figure um ente público no polo passivo da demanda. Assim, sedimentou-se na jurisprudência a competência do juízo com atribuição para a infância e juventude.	3,0
	<b>e)</b> A jurisprudência tem pacificado que a ação mandamental deve ser ajuizada na Justiça Estadual nos casos de faculdade pública estadual e na Justiça Federal nos casos relativos a universidades particulares, esta última em face da delegação da União e aquela por conta do ente federado instituidor.	3,0
<b>f)</b> Encontra-se pacificado no Superior Tribunal Justiça - STJ que os atos passíveis de análise pela via mandamental são aqueles inerentes ao poder delegado, ficando insuscetível de ataque pela via mandamental os atos de mera gestão.	3,0	
	<b>Somatório</b>	<b>18,0</b>
<b>Estrutura Gramatical</b>	Sequência lógica	0,2
	Estrutura de parágrafos	0,2
	Períodos e orações	0,2
	Concisão e clareza	0,2
	Adequação da linguagem	0,2
	Ortografia	0,2
	Pontuação	0,2
	Concordância e regência	0,2
	Colocação pronominal	0,2
	Estética	0,2
	<b>Somatório</b>	<b>2,0</b>
	<b>SOMATÓRIO TOTAL</b>	<b>20,0</b>

**QUESTÃO COM VALOR DE 20 PONTOS:** Até 18 pontos relativos ao conteúdo e até 2,0 pontos relativos à estrutura gramatical

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROMOTOR  
JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DA BAHIA- RESOLUÇÃO 142/2017**

**GRUPO DE CONTEÚDOS II – DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL**

**BAREMA PARA CORREÇÃO DA QUESTÃO 03**

	<b>ITENS AVALIADOS, COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>
<b>Conteúdo</b>	<b>a)</b> Sucessão no direito brasileiro compreende, como fenômeno jurídico, tomar o lugar de outrem. Substituir o titular de um direito. Pode ocorrer de duas formas: A sucessão que decorre de ato inter vivos, como um contrato e a sucessão causa mortis, quando direitos e obrigações do <i>de cujos</i> é transferido para os seus herdeiros.	3,0
	<b>b)</b> O princípio da <i>saisine</i> é o apossamento dos bens do falecido pelos herdeiros de forma incontinenti, podendo cada um, de per si, defender o direito aos bens da herança.	3,0
	<b>c)</b> Herança é a massa patrimonial, direitos e obrigações pertencentes a uma pessoa que faleceu. Legado é um bem determinando ou vários bens determinados, especificados no monte hereditário. Os herdeiro adquirem a propriedade e a posse, direta ou indiretamente, dos bens de forma incontinenti, embora a lei estabelece ordem sucessória para administrá-los. Já ao legatário, apesar de adquirir o domínio, a posse direta do bem só adquirirá após a sua entrega por parte dos herdeiros, não obstante já lhe pertença, inclusive, os frutos desse legado.	3,0
	<b>d)</b> Em tese, a união estável é fundada, dentre outras, em objetivo de constituir família, mediante a ausência de matrimônio civil válido. Nesse diapasão, o sistema jurídico brasileiro não acolhe o concubinato como relação familiar, afastando-se efeitos típicos, como o direito a herança. Por isso, sem a prova da separação de fato do "de cujos", casado sob o regime de comunhão universal de bens, a companheira não tem direito à parte disponível da herança do "de cujos". Segundo STJ, a companheira em união estável, cuja condição de casado do <i>de cujos</i> era do seu conhecimento, não herda.	3,0
	<b>e)</b> O Estado não tem a <i>sainsise</i> , por conta disso somente incorpora os bens do <i>de cujos</i> após a sentença de vacância. É plenamente possível ao herdeiro renunciar à herança. Já o Estado, como o Código Civil não o coloca na condição de herdeiro, não pode renunciar ou repudiar a herança.	3,0
	<b>f)</b> O novo Código Civil permite ao autor da herança impor, por testamento, restrições de uso sobre a legítima se houver justa causa, estabelecendo um ano, após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, para que o testador adite o testamento declarando a justa causa, sob pena de não subsistir a restrição.	3,0
	<b>Somatório</b>	<b>18,0</b>
<b>Estrutura Gramatical</b>	Sequência lógica	0,2
	Estrutura de parágrafos	0,2
	Períodos e orações	0,2
	Concisão e clareza	0,2
	Adequação da linguagem	0,2
	Ortografia	0,2
	Pontuação	0,2
	Concordância e regência	0,2
	Colocação pronominal	0,2
	Estética	0,2
	<b>Somatório</b>	<b>2,0</b>
	<b>SOMATÓRIO TOTAL</b>	<b>20,0</b>

**QUESTÃO COM VALOR DE 20 PONTOS:** Até 18 pontos relativos ao conteúdo e até 2,0 pontos relativos à estrutura gramatical

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROMOTOR  
JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DA BAHIA- RESOLUÇÃO 142/2017**

**GRUPO DE CONTEÚDOS II – DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL**

**BAREMA PARA CORREÇÃO DA QUESTÃO 04**

<b>ITENS AVALIADOS, COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>
<p><b>Competência do juízo: competência absoluta x relativa</b> Tratando-se de ação negatória de paternidade ajuizada contra adolescente, será competente, em princípio, o foro do local do domicílio da guardiã (Súmula 383/STJ), sendo absoluta a regra de competência prevista no art. 147 do ECA, que se sobrepõe às normas de competência territorial (relativa) previstas no CPC. Todavia, como a menor ofereceu contestação e não arguiu a incompetência do juízo, deve-se requerer que o juiz, antes de declinar da competência, determine a oitiva das partes (art. 10, CPC), pois a regra busca prestigiar o melhor interesse da adolescente.</p>	5,0
<p><b>Suspensão do processo de inventário até o julgamento da ação negatória da paternidade ou reserva de quota parte</b> Art. 313, CPC.</p>	2,0
<p><b>Prova</b> Discorrer sobre as provas na ação investigatória de paternidade, especialmente o exame de DNA, que, neste caso, concluiu pela exclusão da paternidade.</p>	3,0
<p><b>Analisar o vício do consentimento na manifestação de vontade do pai/autor da herança.</b> Arts. 151, 152, 171, 177, 178, 214, do Código Civil. Requisitos para que se configure a coação: a ameaça deve ser a causa determinante do ato, deve ser grave, injusta, atual ou iminente, que traga justo receio de grave prejuízo e que o prejuízo recaia sobre a pessoa, seus bens, a pessoa de sua família ou aos bens desta.</p>	6,0
<p><b>Sobre a filiação</b> Arts. 1.603, 1.607, 1.609, do Código Civil e arts. 50 a 66 da Lei de Registros Públicos — Lei n. 6.015/73. Possibilidade de anulação do ato registral voluntário se contaminado por vício. Ao ajuizar a negatória de paternidade, os herdeiros, filhos havidos do casamento, legitimados ativos para tanto, conseguiram demonstrar, através de prova técnica, que a menor não é filha biológica de seu genitor, que induzido em erro e mediante coação prestou falsa declaração de paternidade da filha da mulher com quem mantivera um relacionamento amoroso.</p>	10,0
<p><b>Paternidade socioafetiva</b> Art. 1.593 do Código Civil. <i>In casu</i> restou comprovado que nenhum relacionamento afetivo ou convivência se estabeleceu entre o pai registral e a menor, o que descaracteriza a relação paterno-filial socioafetiva.</p>	5,0
<p><b>Alimentos</b> O fundamento axiológico da obrigação alimentícia reside na afirmação do direito à vida e a sua medida se dá pela afirmação do princípio da dignidade da pessoa humana. Art. 1.700 c/c 1.694 do Código Civil. A responsabilidade pelas dívidas do morto compete à herança ou espólio (herança objeto de inventário). O espólio reúne o patrimônio do falecido, logo responde pela obrigação alimentar nas exatas condições em que respondia o devedor. O espólio paga integralmente os alimentos vencidos e, em se tratando de herdeiro, os vincendos, nas forças da herança. Art. 1.792, CC.</p>	3,0
<p><b>Alimentos – Tutela de urgência</b> Apesar da prova técnica, havendo matéria de fato a ser provada em juízo, é dever do espólio pagar alimentos à menor, devendo ser concedida a tutela de urgência, nos termos do artigo 300 do CPC, enquanto perdurar seu estado de filiação.</p>	3,0

DISPOSITIVO: OPINA PELO DECLÍNIO DA COMPETÊNCIA DA AÇÃO NEGATÓRIA PARA A COMARCA DO DOMICÍLIO DA MENOR, PROCEDÊNCIA DA NEGATÓRIA DE PATERNIDADE, MANUTENÇÃO DOS ALIMENTOS ENQUANTO DURAR A EFICÁCIA DO RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE, ATÉ O LIMITE DAS FORÇAS DA HERANÇA.	0,5
<b>4. ESTRUTURA DO PARECER</b> Adoção do relatório da questão, fundamentação (estabelecer a correta relação entre o caso e sistema constitucional e legal, de maneira lógica e coerente) e conclusão.	<b>0,5</b>
<b>SOMATÓRIO</b>	<b>38,0</b>
<b>ESTRUTURA GRAMATICAL</b>	
Sequência lógica	0,2
Estrutura de parágrafos	0,2
Períodos e orações	0,2
Concisão e clareza	0,2
Adequação da linguagem	0,2
Ortografia	0,2
Pontuação	0,2
Concordância e regência	0,2
Colocação pronominal	0,2
Estética	0,2
<b>SOMATÓRIO</b>	<b>2,0</b>
<b>SOMATÓRIO TOTAL</b>	<b>40,0</b>

**QUESTÃO COM VALOR DE 40 PONTOS:** Até 38 pontos relativos ao conteúdo e até 2,0 pontos relativos à estrutura gramatical